

## GLOBALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: QUESTÕES E IMPLICAÇÕES SOBRE A TERRITORIALIDADE

## GLOBALIZACIÓN EN LA AMAZONIA: CUESTIONAMIENTOS E IMPLICACIONES SOBRE LA TERRITORIALIDAD

## GLOBALIZATION IN THE AMAZON: ISSUES AND IMPLICATIONS ON TERRITORIALITY

LIMA, W. TELES<sup>1</sup> Mestre em geografia, OLIVEIRA, A. M. LIBÓRIO<sup>1</sup> Mestranda. UEA,. ALVES, C. O.SAMMYA<sup>2</sup>. Graduanda.

<sup>1</sup> Mestre em Geografia. Professor Universidade Estadual do Amazonas, Campus de Tabatinga. <sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento Regional. Professora Universidade Estadual do Amazonas, Campus de Tabatinga. <sup>2</sup> Graduanda em Jornalismo no Instituto Científico.

Correspondência: [analiborio@gmail.com](mailto:analiborio@gmail.com)

### Resumo

A pretensão do trabalho consiste em analisar os processos históricos que possibilitaram a constituição do território amazônico, assim como a influência do processo de globalização e a atuação das políticas públicas de “ordenamento” e ocupação territorial na Amazônia, procurando discutir os problemas de ordem social, política, econômica e ambiental em decorrência dos grandes projetos implantados e em implementação nessa região brasileira. O objetivo é propor uma reflexão a respeito do papel exercido pela globalização na reconfiguração territorial Amazônica com seus desdobramentos sobre as transformações culturais, sociais, políticas, ambientais e econômicas em marcha na região que produzem uma nova dinâmica regional e uma nova organização. O método utilizado deu-se a partir de referenciais bibliográficos, com a investigação de dados que pudessem contribuir na compreensão e análise sobre os aspectos epistemológicos da globalização, da problemática nacional e da região amazônica. É resultado ainda da experiência de vida dos autores do presente artigo e das reflexões desenvolvidas nas disciplinas, o artigo foi subdividido em quatro seções: a primeira retrata teórica e sucintamente os aspectos da globalização; a segunda discute a inserção da Amazônia no processo de globalização; a terceira é uma análise do processo dinâmico que ocorre no território amazônico com os projetos econômicos implantados; a quarta trata das considerações finais, aqui entendidas como resultados do trabalho. Com isso, espera-se que as contribuições geográficas desse trabalho possam oferecer o debate e a reflexão acerca da reconfiguração territorial Amazônica, aferindo conhecimento e despertando para as possíveis conseqüências sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais.

**Palavras chave:** Amazônia, desenvolvimento regional, globalização, territorialidade, transformações políticas.

## **Resumen**

Se pretende con el presente trabajo analizar los procesos históricos que posibilitan la constitución del territorio amazónico, así mismo se busca entender como la influencia de los proceso de globalización y las actuaciones de las políticas públicas de “ordenamiento” y ocupación territorial, buscando discutir los problemas de orden social, políticos, económicos y ambientales en lo que tiene que ver con dos grandes proyectos implantados y en implementación es esta región del Brasil. Se propone como objetivo una reflexión respecto del papel ejercido por la globalización en la reconfiguración territorial amazónica con sus desdoblamientos y sus transformaciones culturales, sociales, políticas, ambientales y económicas en marcha producen una nueva dinámica regional y una nueva organización. El método utilizado parte del análisis de referencias bibliográficas, con una investigación de datos propios que pueden contribuir a la comprensión y análisis que existen epistemológicamente en la globalización y que se expresan en la problemática nacional y regional. Además de las reflexiones propias de los autores desarrolladas a través del trabajo disciplinar propio se subdividió en cuatro sesiones, la primera enfoca la teórica y sucintamente los aspectos de la globalización; la segunda discute la inserción amazónica en los procesos de globalización; la tercera hace un análisis del proceso dinámico que ocurre en el territorio amazónico con los proyectos económicos implantados; la cuarta trata las consideraciones finales entendidas como resultados del trabajo. Con esto, se espera que las contribuciones geográficas puedan ofrecer los elementos necesarios para el debate y la reflexión acerca de la configuración territorial amazónica, examinado el conocimiento y alertando sobre las posibles consecuencias sociales, culturales, políticas, económicas y medio ambientales.

**Palabras clave:** Amazonia, desarrollo regional, globalización, territorialidad, transformaciones políticas.

## **Abstract**

The current piece of work is aimed at analyzing the historical processes which facilitate the constitution of the Amazon territory. Likewise, it is meant to understand the influence of the globalization processes of the proceedings of

the public policies of occupation and territorial management, setting as discussion the economic, political and environmental problems related to two big inserted and on-going projects in this region of Brazil. Its purpose is to reflect upon the role performed in the Amazon territory setting with their unfolding and their cultural, social, political, environmental and economic transformations that produce a new regional dynamic and a new organization. The method used starts in the bibliographical reference analysis and with a research on their own data that could contribute to the understanding and analysis epistemologically given in the globalization and which are expressed in the regional and national issues. Apart from the authors' own reflections developed through this paper, this latter was subdivided into four sessions; the first one succinctly focuses the theory regarding aspects of the globalization. The second one discusses the Amazon insertion into the globalization processes. The third one analyses the dynamic process taking place in the territory as a result of the economic implanted projects. The fourth one deals with the final considerations clearly understood as the result of the work. It is expected that the geographical contributions could offer the necessary elements for reflections and debates on the Amazon territory setting, examining the knowledge and warning about possible social, cultural, political, economic and environmental consequences.

**Key words:** Amazon, regional development, globalization, territoriality, political transformations.

### **Considerações iniciais**

O interesse pela Amazônia tem se verificado desde a “descoberta” do Novo Mundo, sendo vista como uma região de grande potencial econômico, sobretudo pela exploração de suas riquezas, muitas das quais ainda não totalmente identificadas.

No passado, a região foi alvo de aventureiros e exploradores em busca das inúmeras riquezas conhecidas como drogas do sertão, enquanto catequizadores adentravam a floresta com a missão de cristianizar os indígenas e inseri-los na sociedade colonial. As condições de peculiaridades climáticas e de acessibilidade da região sempre representaram um duro desafio de conquista, sendo que o caboclo, o ribeirinho e o indígena, com seus mitos conferiam-lhe e ainda conferem uma condição *sui-generis* de modo de vida e de relações com a natureza.

Desde seu início a região tem despertado inúmeros interesses econômicos, passando por ciclos como o da borracha, abastecendo o mercado internacional, apesar de sua importância durante séculos era vista como região-problema, terra sem gente ou de vazio populacional, presente nos discursos justificando sua ocupação. Inúmeras experiências e tentativas de inserção do capitalismo internacional ao longo dos últimos dois séculos fracassaram como são os casos do Projeto Jari e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Ao final da década de 1950 e com a ascensão dos governos militares em 1964, a região passa a ser vista como estratégica e como objeto de política de segurança nacional. Nesse período são implantados a Zona Franca de Manaus e vários projetos agropecuários e mineralógicos, esses últimos, sobretudo comandados por corporações multinacionais. Os projetos implantados provocaram uma série de impactos sociais, ambientais, políticos e econômicos com reflexos muitas vezes negativos e irreversíveis, produzindo forçosamente dinâmica populacional, ou seja, em pouco mais de cinquenta anos alcançou-se com esse processo de ocupação o que em quatro séculos e meio não havia ocorrido, apesar das inúmeras e infrutíferas tentativas.

É nesse sentido que esse trabalho procura refletir a reflexão sobre a representação da Amazônia, pois, constitui um tema atual com grandes embates político, acadêmico e filosófico, no contexto não apenas da sua economia, mas em questões sobre a internacionalização, meio ambiente, conflitos territoriais envolvendo posseiros, caboclos, garimpeiros, indígenas, entre outros atores sociais.

As idéias aqui apresentadas pretendem discutir a globalização como um processo que tem influenciado na constituição do território, sendo as políticas públicas os principais eixos norteadores da ocupação do espaço, por meio de diversas fases que conseqüentemente assinalaram o ponto inicial do processo

de destruição do meio ambiente e das transformações das culturas e modos de vida amazônicos.

### **Globalização: conceito recente para um antigo processo**

No contexto atual da história da humanidade as distâncias cada vez mais são subjugadas num curto espaço de tempo, as transmissões são em tempo real, as barreiras tempo-espaço são facilmente transpostas; aliás, já não são consideradas barreiras; sobre isso, HARVEY (1992) argumenta que “o progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a ‘aniquilação do espaço através do tempo’”. As dinâmicas territoriais reorganizadas sob a perspectiva das redes com intensa dinâmica causam a impressão de que o mundo está diminuindo, representando, por conseguinte que quanto menor o mundo, maior o comprometimento da vida cotidiana em detrimento do que construímos socialmente.

O caráter prático desse processo consiste: na inserção das localidades no comércio mundial, a ampliação das redes de comunicação e muitos adversos, como o empobrecimento da ação do cidadão no espaço, o individualismo e consumismo exacerbado; posto que, juntamente com a globalização, cresce o domínio capitalista, com a predominância da competitividade a qualquer custo e conseqüente aumento da pobreza, devido ao princípio capitalista de acumulação. O domínio do espaço físico foi e continua sendo motivo dos maiores conflitos da humanidade, devido à busca do poder econômico e político.

A pós-modernidade como uma etapa da modernidade converge para o conceito concebido como globalização, o que se constitui na impossibilidade de construir um só mundo, mesmo com todos os esforços e tentativas, redundam em conflitos, pois nesse processo o que se pretende é unificar e não unir, conforme argumenta SANTOS (1988) ao contextualizar que: [...] Hoje, o que é federativo no nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação, mas de competição, tudo isso

exigindo um rígido esquema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana.

Concordamos com a posição desse autor, pois ao se analisar algumas manifestações territoriais da globalização na Amazônia constata-se que seu território passa pelo processo de tecnificação, reorganização e reconfiguração com novos significados e funções de uso em decorrência da expansão capitalista, principalmente por fatores exógenos.

O termo globalização pode ser recente, mas seu processo não, conforme afirma FRIEDMAN (2005) isso vem ocorrendo há séculos e o mundo tem se reduzido desde então, devido ao avanço tecnológico, podendo ser dividido em três momentos históricos específicos:

a) a partir de 1492, quando Cristóvão Colombo saiu em busca de novas terras para o comércio e a expansão dos reinos territoriais europeus. Esse período teria persistido até 1800, em que o tamanho do mundo se reduziu de grande para médio, num processo de integração global e esforços individuais dos países;

b) de 1800 a 2000, momento em que o tamanho do mundo é reduzido de médio para pequeno, devido à expansão das empresas multinacionais em busca de mercados e mão-de-obra, sendo marcado pela evolução dos transportes e inovações tecnológicas na área de comunicações;

c) o momento atual, com a passagem do mundo de pequeno para minúsculo, propiciando que o indivíduo e grupos se globalizem. O ser mais distante está tão próximo, ou mais, que seu vizinho de porta, com o uso da internet ou do tempo real.

HARVEY (1992) aborda que a virtualidade espaço-tempo é um simulacro, pois através dele o ser humano viaja o mundo sem sair do lugar, tornando-se

cidadão globalizado sem, entretanto, cruzar fronteiras territoriais físicas. SANTOS (2000) também dá sua contribuição à discussão quando afirma que “O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas”.

O espaço é o centro de análise das dimensões da globalização, dessa forma GIDDENS (1991) coloca-o na perspectiva de quatro dimensões: a) a economia mundial tem no capitalismo a força motriz da dinâmica globalizante; b) o capitalismo atua sobre os sistemas de estado-nação, que se configuram como atores principais do estabelecimento da dimensão política global; c) a ordem militar, como forças coercitivas que obrigam as nações a participarem da globalização subordinando-se às nações hegemônicas; d) o desenvolvimento técnico-científico das nações, que delineiam seu desenvolvimento industrial, e se materializa na divisão global do trabalho.

Sobrepostas, essas dimensões oferecem um quadro de mudanças ocorridas na sociedade, culminando nas transformações tecnológicas ocorridas no decorrer da era moderna com a modificação do espaço e o tempo do trabalho, refletindo nas estruturas da sociedade e em sua organização política, cultural e espacial.

Os países não têm total autonomia sobre suas ações, porque essas têm que levar em consideração as externalidades da economia mundial, e seguir regras ajustadas entre nações. Nesse intercâmbio de influências, o processo é desigual, sobretudo em relação à tecnologia, sendo que os países detentores de arsenal tecnológico exercem um domínio incontestável sobre aqueles que são dependentes. O espaço geográfico, expresso por meio de fluxos e fixos é o meio que possibilita esse processo, pois é através da dimensão espacial que ele se expande, incluindo do local ao global.

Segundo SANTOS (2004) o espaço “é um dado natural apreendido intuitivamente, desse modo, portanto o espaço não é construível. Entretanto, o espaço é suscetível de atributos, ou seja, o espaço pode ser *qualificado*”. Essa qualificação distingue as localidades e as tornam singulares a partir do modo como seus habitantes usam e qualificam o espaço, formando espacialidades, incorporando suas dimensões.

SANTOS (2006) entende o espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, e esse sofre transformações de acordo com as relações humanas e com as necessidades impostas pela divisão do trabalho, pois é ali que o homem se instrumentaliza e o modifica de acordo com suas necessidades.

Nas palavras de SANTOS (2004) “o espaço se tornou mente através da condição humana”, significando que as possibilidades percebidas pela mente são as que o espaço oferece, e como tal deve ser o lugar de realização das possibilidades humanas por nós mesmos projetadas. O espaço por ser dinâmico possibilita uma série de desdobramentos de ações, o que para SANTOS (2004), significa a revelação de “energia e matéria, torna-se, portanto, uma dinâmica tessitura de possibilidades, ou de espacialidades produzindo temporalidades”.

Nesse aspecto as temporalidades e espacialidades presentes na globalização representam para SANTOS (2000) “novos contornos, novas características, novas definições. E também uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com sua localização”, sendo que cada lugar procura valorizar suas peculiaridades, objetos e ações, a fim de atrair mercados, explorando seus potenciais na procura de diferenciar-se no espaço global. Mediante essa lógica, SENE (2003) caracteriza que “nunca o espaço geográfico foi tão valorizado (nos dois sentidos do termo) como está sendo na atual etapa da expansão capitalista, na era da globalização, na era informacional”.



## **A Amazônia e a globalização**

Historicamente o Brasil é marcado pela exploração do uso de terras relacionado à produção econômica de excedentes para exportar. No início do século XVI, o capitalismo mercantil, orientado pela política exploratória de um Estado dominador, ensejava mercadorias como metais, especialmente o ouro, pedras preciosas, coleta de drogas, o pau-brasil e mais tarde a cana-de-açúcar, características desse período, além da perseguição e destruição de povos indígenas, assim como a prática da escravidão que vitimou também as populações negras.

Conforme CHIAVENATO (1991), “o governo português estruturou aqui uma dupla política que se estabeleceu no processo da conquista: o genocídio indígena, como norma para ocupar o espaço, e a captura e escravidão para fornecer mão-de-obra à empresa colonial”. Além dessa dupla política, introduziu ainda um novo elemento a ser explorado para a geração de riqueza, o negro, que nessa época era tido simplesmente como mercadoria.

Essa realidade foi transposta para a Amazônia, estabelecendo-se a partir da administração pombalina no século XVII, que auxiliou na consolidação da predominância portuguesa por meio de políticas de dominação, tendo como fatores: a) vias de acessos com forte controle, visto a cobrança de impostos; b) construção de fortificações; c) instituição de uma língua estrangeira unificadora, praticamente eliminando as anteriores; d) conflitos desencadeados entre os colonos e missionários; e) obrigatoriedade forçosa da miscigenação colaborando para o desaparecimento de várias etnias. É nesse contexto, segundo SANTOS (2001), que as [...] mudanças repercutem na criação de novas unidades administrativas, na construção de fortificações mais poderosas – Forte Príncipe da Beira - (formando uma linha demarcatória a oeste, base da fronteira política futura), na transformação dos antigos núcleos missioneiros em ‘vilas portuguesas’ e em expedições científico-demarcatórias, que criaram um acervo de conhecimento regional e cartográfico.

A política de ocupação da Amazônia iniciada pelos portugueses nos séculos XVI ao XVIII e durante o período colonial, para SILVA, SOUSA e KOZEL (2008) [...] atendeu estrategicamente os interesses da coroa e encontrava-se voltada ao processo da conquista, defesa militar e soberania de fronteiras, direitos à navegação e ocupação produtiva. Para essas garantias foram realizadas construções de fortificações na bacia hidrográfica do Amazonas<sup>1</sup>, os quais remeteram as “*primeiras marcas da civilização ocidental na Amazônia*” de acordo com GONÇALVES (2001).

O ponto determinante para a inserção da Amazônia no mercado econômico nacional e mundial foi o aproveitamento do látex que, desde 1877, estimulava atuações governamentais para incentivar a migração de nordestinos com a finalidade de extrair a borracha e enriquecimento direto dos seringalistas. Na região hoje denominada Rondônia, o Rio Madeira figurava como via de escoamento da produção boliviana onde existiam vários seringais em suas margens. O interesse em integrar a região tornou-se maior e os rios até então utilizados como vias de escoamento da produção não atendiam aos objetivos frente a uma crescente demanda, iniciando-se o processo de construção de ferrovias, como exemplo a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Devido à oscilação do preço da borracha no mercado internacional, a partir de 1950, o governo de Getúlio Vargas aponta uma nova direção para o desenvolvimento, dessa vez, segundo ANDRADE e ANDRADE (1999), a política implantada na Amazônia é idêntica àquela desenvolvida por Roosevelt no Vale do Tennessee, nos EUA, não se respeitando a realidade Amazônica.

No governo de Juscelino Kubitschek (1955-60) as mudanças na estrutura econômica na Amazônia ocorreram com a implantação de rodovias,

---

<sup>1</sup> Os Fortes de São José do Rio Negro, de São José de Marabitanas, de São Gabriel das Cachoeiras, de São Joaquim, de São Francisco Xavier de Tabatinga todos no Amazonas; de Santo Antônio do Gurupá, do Castelo no Pará; de São José do Macapá no Amapá; São Joaquim do Rio Branco em Roraima; e Real Príncipe da Beira em Rondônia, entre outros, sendo que alguns desses fortes utilizados em eventos e atrações turísticas na região.

consolidando-se nos governos militares, especialmente por Geisel (1964-85), que adota a política de ocupação dos “vazios demográficos”, “espaços vazios”, visando, principalmente, a solução dos problemas ligados a concentração fundiária no sudeste e sul do país sem que se fizesse menção à reforma agrária.

Segundo KITAMURA (1994), [...] é a partir de 1966 que a região amazônica começa a ganhar os contornos de hoje através da implementação da ‘Operação Amazônia’, em que se previa: a) a construção de rodovias; b) um programa de colonização de imponentes proporções; e c) programas de incentivos fiscais e creditícios para atrair capitais privados nacionais para investimentos na agricultura e na indústria da região.

É o conjunto de políticas públicas propostas através dos discursos de segurança, desenvolvimento e integração nacional, bem articulado, que buscam a inserção da Amazônia no contexto econômico globalizado e lhe imprimem os primeiros contornos territoriais para o que hoje temos materializado: um espaço geográfico de extremas diversidades econômicas, ecológicas, sociais e culturais.

Conforme KOHLHEPP (1995) o planejamento regional da Amazônia passa por quatro fases principais, que assinalam o ponto inicial do processo de destruição do meio ambiente, a saber:

1 Entre 1965 a 1974: Programa de Integração Nacional - PIN priorizando a abertura de rodovias e paralelamente a implantação de projetos de colonização com ênfase na migração e protelação do processo de reforma agrária, sendo que o resultado em termos de configuração territorial na Amazônia deu suporte à estruturação e criação de vários estados em substituição aos territórios federais.

2 A partir da década de 1970: POLAMAZÔNIA com a criação de pólos de desenvolvimento econômico prioritariamente privados subsidiados pelo governo com benefícios fiscais, produzindo intenso desmatamento e conseqüentemente à implantação de pastos para criação de gado. O resultado territorial desta fase foi a criação de ilhas econômicas, que funcionaram como pólos atratores de mão-de-obra, acirrando as desigualdades sociais regionais.

3 Início da década de 1980: Ocasionada pela mudança de estratégia imposta pelo Banco Mundial no padrão de desenvolvimento endógeno, requerendo a participação das populações regionais nos processos de decisão<sup>2</sup>, resultando em descuido com a agricultura e a disseminação da segregação social. O território amazônico passa a ser redesenhado sob o viés preservacionista e conservacionista, gerando conflitos políticos e sociais de uso territorial.

4 Nos últimos anos, o conflito de interesse entre os grupos sociais concorrentes: latifundiários, pequenos agricultores, sem-terras, arrendatários, trabalhadores rurais, extrativistas, garimpeiros, índios, quilombolas, empresas de mineração, indústrias e comércio, do setor energético e imobiliário, com metas a atingirem em seu conjunto, são contraditórias e podem comprometer a sustentabilidade desses empreendimentos. Nesse espaço antagônico os instrumentos legais de organização territorial ganham força esses grupos se organizam politicamente visando garantir direitos sobre suas territorialidades.

No caso amazônico, esses processos históricos de apropriação e construção territorial contribuíram para delinear um processo de apropriação desigual dos recursos naturais, geraram expropriação e exclusão social, culminando numa urbanização (Tabela 1) em que a qualidade de vida parece ser o menos importante.

---

<sup>2</sup> Essa participação das populações regionais serviu na realidade para legitimar a ocupação e os impactos de toda ordem. É questionável, como o exemplo ocorrido em Rondônia com ações de programas como o POLONOROESTE obtido através de empréstimos do Banco Mundial-BIRD, que, sobretudo, mostraram-se ambiental e socialmente desastrosas para as populações indígenas, ribeirinhos, entre outras.

**Tabela 1.** População residente na região norte 1940/2000

Anos	População (1000)			% Sobre a População Brasileira	Grau de Urbanização (%)
	Urbana	Rural	Total		
1960	1.041,2	1.888,8	2.930,0	4,1	35,5
1970	1.784,2	2.404,1	4.188,3	4,4	42,6
1980	3.330,6	3.288,6	6.619,2	5,6	50,3
1991	5.922,6	4.107,9	10.030,6	6,8	59,1
1996	7.039,3	4.250,8	11.290,1	7,2	62,4
2000	9.005,8	3.914,1	12.919,9	7,8	69,5

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censos Demográficos e Contagem Populacional.

### **Amazônia: um território dinâmico**

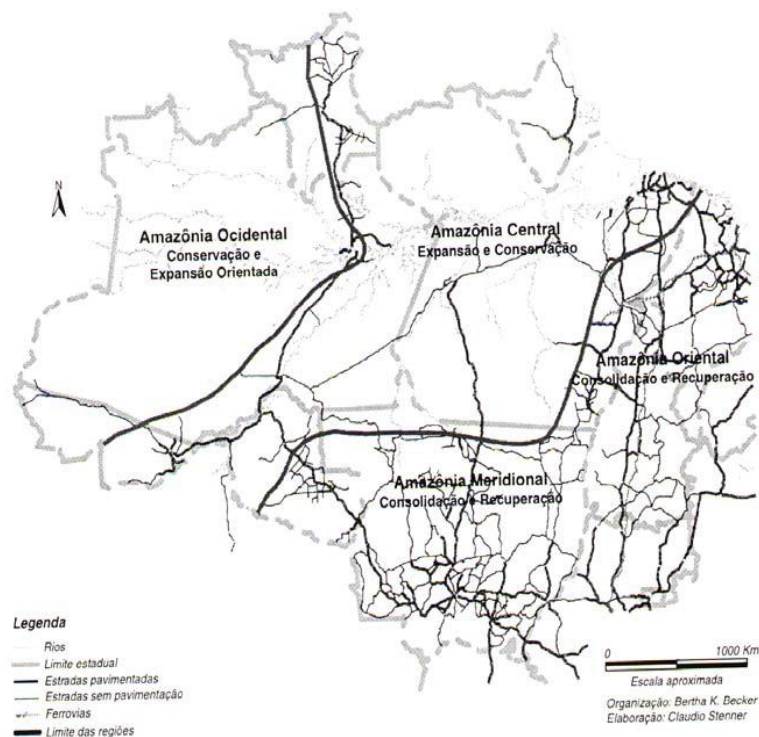
A globalização é a manifestação de processos econômicos, políticos, tecnológicos e sociais que agindo conjuntamente em escala mundo, globalizam e fragmentam territórios. Isso porque é viabilizada uma malha de objetos técnicos com funções de interligação. São fluxos de informação sobrepostos aos fluxos de matéria (SANTOS, 1991) que contribuem para a criação do território como espaço em que se projeta trabalho e significado, manifestando relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Para CLAVAL (1999) os processos de territorialização só podem ser compreendidos se considerarmos natureza e sociedade em sua dialogicidade, motivadas por mudanças ou interferências no espaço, produzidas exogenamente, e que são as acelerações contemporâneas presentes nos espaços, porém com intensidades diferentes, conforme afirma SANTOS (1998).

As interferências exógenas na Amazônia têm produzido várias formas de conhecer, entender e organizar o espaço amazônico, todas pautadas nos recursos naturais desse território. Saímos da noção de “espaço vazio”, porque era de interesse dos atores capitalistas hegemônicos que esse fosse compreendido como espaço a preencher, para a noção de reserva de recursos

porque agora é interessante a esses atores reservar estoques de objetos naturais impregnados de recursos potenciais a serem extraídos.

BECKER (2001) propõe uma regionalização para a Amazônia (Figura 1) com vista a um melhor gerenciamento dos espaços e dos recursos nesses inseridos. Tal regionalização corrobora para a manutenção do atual quadro de territorialização construído (Tabela 2).



**Figura 1.** Proposta de regionalização da Amazônia (BECKER, 2001)

**Tabela 2.** Territorialização amazônica

<b>Localização</b>	<b>Ações</b>
a) Amazônia Oriental e Meridional	Corresponde ao arco povoado a leste e sul da floresta, respectivamente as áreas desmatadas do sudeste do Pará e agroindústria do cerrado mato-grossense, com expansão para o Tocantins e Rondônia, e cujos limites seriam Açailândia no Maranhão e Cacoal em Rondônia.
b) A Amazônia Central	É a área a ser cortada por maior número de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento - ENIDs, estendendo-se do nordeste do Pará à rodovia Porto Velho/Manaus/Venezuela. Passível de expansão da agricultura capitalizada em velocidade máxima nos eixos, como pode ser o caso da soja na Cuiabá-Santarém, no vale do Madeira, no rio Juma que contém grande proporção de terras indígenas e unidades de conservação, o que lhe atribui grande vulnerabilidade.
c) A Amazônia Ocidental	À margem dos ENIDs, a Amazônia Ocidental é uma unidade ainda marcada pelo ritmo da natureza. Sua grande potencialidade em águas, florestas, recursos minerais, a concentração econômica em Manaus, o peso do narcotráfico e de agentes externos de um lado, e de índios e militares de outro, caracterizam a região, marcada também pela vulnerabilidade das fronteiras e pela relativa ausência de Unidades de Conservação e terras indígenas na sua parte central.

Fonte: Adaptado pelos autores com base em Becker (2001).

A configuração territorial não é algo inerte, mas um processo de ordenamento de fixos e fluxos motivados por um processo econômico, conforme abaliza SANTOS (1996), contendo diretrizes reproduzidas nas políticas territoriais, cujos projetos em ação e outros previstos para a Amazônia poderão produzir drásticas transformações socioambientais e territoriais nesse ambiente.

Todos esses projetos são resultados das políticas de globalização em processo. Isso porque a globalização existe como fábula e como perversidade, conforme adverte SANTOS (2005); como fábula ou pseudo-virtuais em razão de existirem mais no imaginário e para confundir mais do que para esclarecer,

sendo somente a reprodução das leituras de uma realidade virtualmente construída para dar aos grupos sociais menos favorecidos a noção de existência, enquanto participantes de uma rede de comunicação que se torna perversa na medida em que cuida de reproduzir valores e condutas a serviço do capital.

Um desses projetos em andamento é o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7 com o objetivo de apoiar financeiramente a reorganização dos modelos de desenvolvimento regional para a Amazônia por meio de um conjunto de subprojetos de financiamento para o uso sustentável dos recursos naturais e para a redução das taxas de desflorestamento.

Outro projeto é o Avança Brasil do Governo FHC, que consistiu numa série de subprojetos infra-estruturais implantados e que, de certa forma, conflitam com o PPG7. Há quatro pacotes de subprojetos: integração internacional do norte; logística para a região do Madeira-Amazonas, logística no Banco Central, geração de energia hidrelétrica e linhas de transmissão (BECKER, 2001; KOHLHEPP, 1995 e 2002).

Na mesma direção dos projetos e programas anteriores, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC vem desenvolvendo várias obras de infraestrutura como estradas, portos e hidrelétricas financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e agências financeiras nacionais e internacionais, mantendo estreitas relações com os objetivos da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, visando à integração da América do Sul.

A análise da implantação dos Grandes Projetos na Amazônia das décadas de 70 a 90 solidificou a idéia de que os modelos de desenvolvimento traçados para a região não buscaram os interesses locais, mas sim a consolidação e a expansão da influência dos grandes capitais internacionais e nacionais, sendo



pertinente a afirmação de BECKER *et al.* (1990), que essa região é uma das últimas fronteiras para a expansão capitalista mundial, sendo um espaço geopolítico privilegiado para a ação das corporações transnacionais sem que se privilegie a população local através de fluxos de entrada e saída de capitais.

O desenvolvimento, nos parâmetros atuais, não pode ser considerado como uma única forma de conceber a realidade; como um modo de vida universal, visto que as transformações sócio-econômicas e ecológicas deveriam ser concebidas na perspectiva da ambivalência e do relativismo, expressando-se nas políticas, no planejamento e no gerenciamento das ações com outra concepção de desenvolvimento, tendo em vista as relações entre atividades econômicas e alteração na territorialização das populações.

### **Considerações finais**

A globalização na Amazônia tem produzido profundas marcas na territorialidade da região, além de inúmeras transformações sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas, refletindo cristalinamente o processo de modernizadora conservadora, onde se acentua a detenção do poder por grupos privilegiados e socialmente articulados. Em contrapartida, o espaço não é mais o mesmo e os valores são impostos e moldados pela lógica acumulativa, configurando-se como uma das últimas fronteiras para o avanço do capital, em que não se leva consideração a territorialização e a territorialidade de populações ancestrais ou secularmente assentadas na região.

As peculiaridades amazônicas devem ser mais bem estudadas, assim como suas potencialidades para o desenvolvimento tendo como elementos principais as populações existentes e o meio ambiente. O desrespeito a esse binômio como se têm constatado representa uma ameaça não somente à região, mas assume dimensões temerárias às demais regiões do Planeta, principalmente quando na atualidade se discute uma série de assuntos como aquecimento

global e outras catástrofes climáticas, tratamento de moléstias, entre outras temáticas.

É imperativo que qualquer projeto ou programa a ser implantado ou implementado na Amazônia seja validado pelas populações locais, considerando o rico patrimônio sociocultural, e se avalie criteriosamente e criticamente as experiências exitosas e os desacertos das demais ações anteriormente implantadas.

## Referências

ALMEIDA SILVA, A; SOUSA, L.F.; KOZEL, S. 2008. O turismo em Borba: entrecruzando manifestações turísticas e religiosas na Amazônia ribeirinha. Anais do III Festival Internacional de Turismo; II Fórum Internacional de Turismo do Iguassu e III Encontro Paranaense de Pesquisadores em Turismo e Hotelaria (EPPTUR). Foz do Iguaçu: EPPTUR:415-430.

ANDRADE, M.C.; ANDRADE, S.M.C. 1999. *A federação brasileira: Uma análise geopolítica e geo-social*. São Paulo: Contexto,. (Coleção Repensando a Geografia).

BECKER, B.K; MIRANDA, M; L. MACHADO. 1990. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*: Editora Universidade de Brasília. Brasília.

BECKER, B.K; MIRANDA, M; L. MACHADO. 2001. Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Revista Parcerias Estratégicas12:36-59.

CHIAVENATO, J.J. 1991. *Bandeirismo: dominação e violência*. Moderna, São Paulo.

CLAVAL, P. 1999. O Território na Transição da Pós-Modernidade. Revista GEOGRAPHIA - UFF/EGG 1(2):7-26. .

FRIEDMAN, T.L. 2005. *O mundo é plano: Uma breve história do século XXI*. Objetiva. Rio de Janeiro.

GIDDENS, A. 1991. *As conseqüências da modernidade*. UNESP. São Paulo.

GONÇALVES, C.W.P. 2001. *Amazônia, Amazônias*. Contexto, São Paulo.

HARVEY, D. 1992. *Condição pós-moderna*. Loyola. São Paulo.

KITAMURA, P.C. 1994. *A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável*. EMBRAPA-SPI. Brasília.

KOHLHEPP, G. 1995. Destruição Ambiental na Amazônia Brasileira: conflitos de Interesse por uma política regional com orientação ecológica e social In: SANTOS, R. PAUL, W. (orgs.). Amazônia perante o direito: problemas ambientais e trabalhistas. UFPA. Belém.

KOHLHEPP, G. 2002. Conflito de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. Estudos Avançados 16 (45):37-61.

RAFFESTIN, C.1993. *Por uma Geografia do Poder*. Ática. São Paulo.

SANTOS, C. 2004. *Percursos Geográficos*. Rumo à Toposofia. Fundação Rio Madeira. Porto Velho.

SANTOS, M. 1998. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. Espaço e Globalização. 4ª ed. São Paulo: Hucitec. São Paulo.

SANTOS, M. 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record. Rio de Janeiro

SANTOS, C. 2001. *A Fronteira do Guaporé*. EDUFRO. Porto Velho.

SANTOS, M. 2005. *Da Totalidade ao Lugar*. EDUSP. São Paulo.

SANTOS, M. 2006. *A natureza do espaço: técnica e tempo-razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec. São Paulo.

SENE, E. 2003. *Globalização e espaço geográfico*. Contexto. São Paulo